

Coordenação Regional de Ensino de Brazlândia
Centro de Ensino Médio 02
Gestão 2017-2019



...EU FAÇO A ESCOLA QUE EU QUERO!

“ A minha escola não tem personagem
A minha escola tem gente de verdade”

Renato Russo

Brazlândia – DF, Maio de 2018

O que é uma escola senão a reprodução do mundo em miniatura. É nela que passamos parte significativa de nossas vidas. É nela que descobrimos que o mundo não é perfeito, que os pais, tios, tias, professores não são os heróis com super poderes como imaginávamos, mas sim heróis de carne e ossos: frágeis, duros, sensíveis, fortes e humanos. É nela que descobrimos o nosso corpo, o desejo, os primeiros de muitos amores, ou o primeiro amor da vida toda. É nela que passamos as primeiras experiências de transgressões e rebeldias, chocando aqueles que nos achavam perfeitos. É nela que a vida transborda e explode em multífaces intensas de emoções e contradições. É nela que o sentimento de amizade se torna algo simples, pleno e belo como deve ser toda amizade. Mas é nela também que aprendemos, fantasiamos, sonhamos, sorrimos, choramos, pois ela é a ante-sala da vida... É a preparação para vida... É a vida. Quem não se lembra do tempo de escola? Do frio na barriga na hora da prova? Dos planos infalíveis para elaborar a cola? Da torcida para que o professor faltasse? Dos amigos que ainda vemos? Dos amigos que não vemos há muito tempo e dos amigos que não veremos mais? Como não se lembrar do medo de Matemática? Do professor doidão de História? Da paixão platônica pela professora de Português? Como esquecer esse mundo que mora em mim, em minhas memórias, em minhas histórias, no que hoje sou? Como não se lembrar da escola se ela foi o primeiro mundo fora do aconchego de nossas casas? Como esquecer esse pequeno mundo que nos fez ser o que hoje somos? Assim é a escola: um pequeno universo dos alunos que um dia fomos, mas que as vezes esquecemos no porão de nossas lembranças... Um pequeno mundo de descobertas e contradições dos alunos que hoje são...

Edson de Oliveira Cardoso

APRESENTAÇÃO

Este Projeto Político Pedagógico é fruto de reuniões ocorridas ao longo de 2017 e início do ano corrente. A sua formulação teve início em Dezembro do ano 2016 quando da divulgação do resultado das eleições para equipe gestora.

Com a retomada do ano letivo, no início de 2017, as reuniões pedagógicas se concentraram principalmente nas discussões referentes as perspectivas e apontamentos para os próximos três anos. Nessas reuniões - em um primeiro momento com a presença de professores e servidores e posteriormente também com pais e alunos - foi proposto e aceito que a escola buscaria uma linha educacional voltada para a Formação da Cidadania e almejando melhores resultados em Avaliações Externas como PAS/UnB e ENEM.

A formulação desse documento não se reduz a essas reuniões, pois ele também foi gerado na observação individual ou coletiva dos atores que atuam na instituição. Ele é a percepção da sensibilidade que move todos em rumo a uma escola melhor, mais digna, inclusiva, libertária, cidadã, plural, democrática e principalmente mais humana, e por isso também sujeita a falhas e erros que podem ser sanados na medida em que entendemos nossa dimensão humana.

IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Um dos elementos constitutivos da Gestão Democrática, a Lei 4.751/2012, é a participação que deve permear todo o processo de construção do Projeto Político-Pedagógico, considerando:

- a) a existência de diferentes sujeitos sociais ativos;
- b) que os sujeitos influenciam e são influenciados nos diferentes espaços de debate;
- c) que a construção da identidade da escola é resultante das intervenções dos diferentes atores sociais;
- d) que a escola é um espaço vivo de debate dos desafios e das alternativas para seu enfrentamento.

No Distrito Federal, a Lei nº 4.751, de 07 de fevereiro de 2012, dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal, estabelecendo que:

Art. 4º: Cada Unidade escolar formulará e implementará seu Projeto Político-Pedagógico, em consonância com as políticas educacionais vigentes e as normas e diretrizes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Parágrafo Único. Cabe à unidade escolar, considerada sua identidade e a de sua comunidade escolar, articular o Projeto Político-Pedagógico com os planos nacional e distrital de educação (DISTRITO FEDERAL, 2012^a).

O Projeto Político-Pedagógico em si:

- É projeto porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo.

- É político por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir.
- É pedagógico porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem
- Ao juntar as três dimensões, o PPP ganha a força de um guia - aquele que indica a direção a seguir não apenas para gestores e professores mas também servidores, alunos e famílias. Ele precisa ser completo o suficiente para não deixar dúvidas sobre essa rota e flexível o bastante para se adaptar às necessidades de aprendizagem dos alunos.

Levando em consideração os tópicos acima citados, toda a legislação educacional, que assegura a educação básica, o acesso e permanência do educando, como direito de todo brasileiro e que, assegurar esse direito é obrigação do Estado e de toda sociedade, temos a importância do PPP. Pois o mesmo propõe a construção de uma escola comprometida com esses direitos e com as necessidades pedagógicas, sociais, políticas e culturais da comunidade escolar.

Sendo assim a construção do Projeto Político Pedagógico requer reflexões e definições dos caminhos a serem empreendidos por todos os envolvidos no processo educativo. Esse processo aglutina convicções, conhecimento das ansiedades da comunidade escolar, do contexto social e científico em que está inserido, construindo um compromisso coletivo e por isso tem que ser concebido com base nas expectativas de professores, alunos, pais, coordenadores pedagógicos, equipe administrativa, secretaria, apoio, serviços gerais e gestores.

DIAGNÓSTICO DA ESCOLA E DO SEU TERRITÓRIO

O Centro Educacional 03 de Brazlândia foi inaugurado em 11 de novembro de 1998, no local onde, até o ano de 1992 havia a "Escola de Lata", então Centro de Ensino de 1º grau nº 01 de Brazlândia. Em 07 de agosto de 2017, a nomenclatura da Escola passa a ser Centro de Ensino Médio 02.

Está situada na Quadra 36 Área Especial 03, Vila São José, Brazlândia – DF, margeada pelo Setor Veredas e pelo Parque Ecológico Veredinha, em uma comunidade na periferia da cidade.

O surgimento do Setor Veredas e a expansão da Vila São José gerou a necessidade da construção de uma nova escola que atendesse alunos oriundos do Ensino Fundamental, pois apenas uma outra Unidade Educacional possuía tal característica, e os alunos desses setores e também áqueles residentes na Zona Rural, tinham que fazer grande deslocamento para estudar. Em um primeiro momento a escola disponibilizava vagas para o Ensino Fundamental e Médio, porém desde 2011 trabalha apenas com Ensino médio e EJA (Terceiro Segmento).

O CEM 02 localiza-se num espaço de baixo poder aquisitivo e percebemos o imediatismo da necessidade de ocupação profissional manifestado pelos pais e alunos. Ao mesmo tempo diagnosticamos a ansiedade que muitos alunos têm de dar continuidade aos estudos após o Ensino Médio. Após detectar esses pontos, a comunidade decidiu que a missão da instituição é construir uma escola que privilegie a Cidadania, onde o aluno domine as técnicas e ferramentas de uma sociedade em constante transformação. Para assim ter condições de entrar no mercado de trabalho e ao mesmo tempo, dar condições intelectuais visando o ingresso em faculdades, seja através do ENEM, PAS, ou vestibulares tradicionais. Os meios pelos quais a instituição visa cumprir essa Missão, está vinculados aos projetos pedagógicos que serão desenvolvidos pelos professores. Tais projetos serão apresentados no decorrer do documento e, seguindo o princípio de CIDADANIA, objetiva formar cidadãos críticos e conscientes do seu papel social e político.

Considerando que, os avanços e os retrocessos de uma sociedade depende muito da forma com que se valoriza ou não a educação, pode-se dizer que o Brasil ainda precisa de muitas mudanças neste campo, ou seja, só se pode esperar que a

sociedade avance se a educação for tomada como prioridade na busca da retomada do crescimento social.

Partindo do exposto acima, procuramos localizar a escola e seu papel dentro desta sociedade, mesmo sabendo que seu espaço é limitado, ainda assim acreditamos que só através dela se pode esperar que um dia esta sociedade se humanize, conforme Paulo Freire afirma “ a escola não pode tudo, mas alguma coisa ela pode”. Nesta perspectiva é preciso que se acredite e se invista neste pouco que a escola pode, para poder sonhar com um mundo mais humano.

Nesses quase vinte anos de existência, o colégio tem procurado exercer sua função social de aglutinar a comunidade em torno de si, porém sabemos que muito ainda tem que ser feito, pois a noção de Democracia na escola ainda é algo novo. Todavia, acreditamos que aos poucos a comunidade vai assumir de fato aquilo que lhe pertence.

PERFIL SOCIO-ECONÔMICO E CULTURAL DA COMUNIDADE ESCOLAR

O Centro de Ensino Médio 02 de Brazlândia reúne educandos oriundos de classes sociais variadas, predominando a classe média baixa. A dinâmica familiar dos nossos alunos se apresenta bastante variada, sendo alguns com família regularmente constituída, outros vivendo com avós, tias, irmãos. Essa organização familiar fragmentada traz para a escola uma série de conflitos, tais como: a deficiência ou carência de valores, relações sociais e de convivência que são importantes para a aprendizagem.

Além disso, destacamos a necessidade do trabalho da esposa/mãe na complementação do orçamento doméstico.

A maioria reside na Vila São José, no Setor Veredas e uma pequena parte na zona rural, mora em casa própria que, embora modesta, possui água encanada, coleta de lixo e energia elétrica e dispõe dos seguintes eletrodomésticos: tv, rádio, máquina de lavar geladeira, telefone celular.

O grau de instrução da maioria dos pais é o ensino fundamental incompleto.

Encontramos vários casos de analfabetismo e poucos pais com nível médio.

Alguns alunos trabalham como jovens aprendizes ou fazem estágios auxiliando na renda familiar. Outros contam com o apoio apenas da Bolsa-Família.

A religião que predomina é a católica. A renda familiar da maioria dos pais é em média de 1,5 salários mínimos, sendo encontrados muitos casos de desemprego ou subemprego.

As informações acima mostram a necessidade da criação e ampliação dos espaços culturais e esportivos. Sendo a escola, neste contexto, um espaço de momentos culturais, tais como: mostra de cinema, feiras e festas juninas.

Quanto ao aspecto cultural, ressalta-se que boa parte dos alunos diz não gostar de ler, poucos leem jornais e revistas, poucos lembram o nome de um livro lido e percebe-se que os livros são somente os exigidos pelo professor e o único lugar que conseguem ter contato com esse material impresso é na escola.

Em condições ideais, a faixa etária de alunos de 1ª a 3ª série do Ensino Médio é de 15 á 18 anos. Entretanto, no noturno temos grande Defasagem Idade – Série.

OBJETIVO GERAL DA INSTITUIÇÃO

O CEM 02 de Brazlândia, têm por objetivo maior, Educar para a Cidadania e defender uma forma participativa de gestão em que as decisões são tomadas coletivamente e discutidas publicamente. A visão Democrático-Participativa de Gestão Escolar baseia-se na relação orgânica entre a direção e a participação da Comunidade Escolar na busca de alcançar objetivos comuns assumidos por todos.

A ideia de gestão educacional desenvolve-se associada a outras ideias globalizantes e dinâmicas em educação, como por exemplo, o destaque a sua dimensão política e social, a ação para a transformação, participação, práxis, cidadania, etc.

Percebemos que pensar a Direção de uma escola é pensar a gestão democrática, ou seja, a presença organizada da sociedade na escola, acompanhando e participando do processo educacional, onde o diretor descentraliza tarefas e distribui responsabilidades entre todos.

O Ensino Médio é uma etapa do processo educacional que a sociedade considera básica para o exercício da cidadania, base para o acesso às atividades produtivas e o prosseguimento aos níveis mais elevados e complexos da educação e para o desenvolvimento pessoal.

Sendo assim a educação para a cidadania busca a formação de um indivíduo ativo tanto na formação do seu próprio saber, quanto no uso desse saber da seguinte forma:

- Promovendo atividades que possam despertar o prazer da descoberta, dando significado e sentido ao que é assimilado apontando para a formação social, cultural, cívica, política e económica inerente à constituição do homem.
- Conduzindo e estimulando o aluno a conhecer o meio em que está inserido, preparando-o para atuar de forma a contribuir para uma sociedade politicamente mais ética, justa socialmente, economicamente sustentável e ecologicamente viável. O mundo atual desenha grandes desafios para o futuro, cada vez mais globalizado e competitivo. Por outro lado cada vez mais valoriza a capacidade de se lidar com continuas e rápidas mudanças. Assim é necessário desenvolver no aluno a flexibilidade e criatividade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estimular relacionamentos interpessoais éticos, pautados no respeito e na valorização do outro;
- Promover a integração e a participação efetiva da família na educação dos alunos por meio de visitas eventuais e convocação para reuniões periódicas;
- Desenvolver projetos que estimulem a iniciativa, a capacidade de leitura, interpretação, autonomia e responsabilidade;
- Adotar o Conselho de Classe participativo (com a presença de Alunos e responsáveis);
- Adotar Salas Ambiente como forma de oferecer espaços mais adequados às especificidade de cada disciplina;
- Realizar avaliações interdisciplinares;
- Promover a análise do processo ensino/aprendizagem a partir das avaliações institucionais bimestrais;
- Estimular a participação dos diversos segmentos da comunidade escolar na gestão por meio de reuniões do Conselho Escolar;
- Reduzir a evasão e a repetência escolar.

NORMAS DE CONVIVÊNCIA

As normas de convivência são baseadas na valorização do ser humano e na crença de que as dificuldades e conflitos serão superados na medida em que acreditarmos no potencial do ser humano e no poder da educação. Portanto, o tratamento dispensado à comunidade escolar (alunos, pais, professores e servidores) é aquele que pressupõe amizade, diálogo e compreensão, através de técnicas de mediação.

A partir do reconhecimento das diferenças entre as pessoas, fruto do processo de socialização e desenvolvimento individual, a Unidade de Ensino irá potencializar as capacidades, ajustando sua maneira de conduzir o processo educativo. As questões disciplinares seguem o Regimento Interno da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Para auxiliar a Gestão nas questões disciplinares, existem o Conselho Escolar, o Conselho de Classe e o Conselho Tutelar, que atuam no sentido de garantir uma gestão democrática e participativa.

É muito difícil equilibrar controle e liberdade, autoritarismo e afetividade. Em grupos grandes a tendência é olhar mais a norma do que as pessoas, a regra do que as circunstâncias. Os limites são importantes, mas a relação pedagógica afetiva é fundamental. Aprendemos mais e melhor quando o fazemos num clima de confiança, de incentivo; quando estabelecemos relações cordiais com os alunos, quando nos mostramos pessoas abertas, afetivas, carinhosas, tolerantes e flexíveis, dentro das regras organizacionais.

Através da educação podemos ajudar a desenvolver o potencial que cada pessoa tem, estimulando suas possibilidades e diminuindo suas limitações. Um caminho importante é mostrar atitudes de compreensão e estar atentos para superar a intolerância, a rigidez, o pensamento único, a desvalorização dos menos inteligentes, dos fracos, dos problemáticos ou “perdedores”.

Praticar a pedagogia da inclusão de todos e de todas as formas. A inclusão não se faz somente com os deficientes, ou com os marginalizados. Dentro da escola muitos alunos se sentem excluídos pelos professores e colegas. São excluídos pelos professores, quando nunca falam deles, quando não lhes dão valor, quando são ignorados sistematicamente. São excluídos quando falam com e dos mesmos e descuidam os demais. São excluídos quando exigem de pessoas com dificuldades intelectuais, emocionais e de relacionamento, os mesmos resultados.

Há uma série de obstáculos para superar: a formação intelectual que valoriza mais o conteúdo, o intelecto, a razão. Professores e gestores frequentemente possuem uma formação emocional, afetiva deficiente. Por isso, tendem a enxergar mais os erros que os acertos.

Salários baixos e falta de reconhecimento também dificultam o equilíbrio emocional, a auto-valorização, a boa autoestima. Por isso, ao mesmo tempo em que se implantam políticas efetivas de valorização profissional, é importante organizar atividades, cursos e programas com gestores e professores para que todos desenvolvam a autoconfiança, a autoestima. Gestores acolhedores facilitam muito o clima emocional da escola. Profissionais valorizados se sentem melhor e contribuem mais.

Para que os alunos tenham certeza do que comunicamos, é extremamente importante que haja sintonia entre a comunicação verbal, a falada e a não verbal, a comunicação gestual, a que passa pela inflexão sonora, pelo olhar, pelos gestos corporais de aproximação ou afastamento. As pessoas que tiveram uma educação emocional mais rígida, menos afetiva, costumam ter dificuldades também em expressar suas reais intenções, em comunicar-se com clareza. Falam de forma ambígua, utilizam recursos retóricos como a ironia, o duplo sentido, o que deixa confusos os ouvintes, sem conseguir decifrar o alcance total das intenções do comunicador.

Os educadores que gerenciam bem suas emoções transmitem equilíbrio, tranquilidade e objetividade. Falam com tom calmo, e quando discordam, o fazem sem agredir nem humilhar. Os alunos captam claramente as mensagens e mesmo quando não concordam, manterão o vínculo afetivo, o relacionamento e continuarão abertos para novas mensagens.

As pessoas equilibradas, abertas, nos encantam. Antes de prestar atenção ao significado das palavras, prestamos atenção aos sinais profundos que nos enviam, de que são pessoas compreensivas, confiantes e abertas a novas experiências e ideias.

ESTRUTURA FÍSICA

O Centro de Ensino Médio 02 conta com 16 (dezesesseis) salas de aula para atendimento nos turnos matutino, vespertino e noturno, 02 (duas) quadras poliesportivas – sendo uma coberta com estrutura de vestiário e depósito de materiais para a prática de educação física - 01 (uma) sala de professores, 01 (uma) sala de coordenação, 01 (uma) sala para o SOE, 01 (uma) sala para atendimento especializado, 01 (uma) sala de recursos, 01 (um) laboratório de informática equipado com 24 computadores, 01 (um) laboratório de química equipado, 01 (um) laboratório de física, 01 (uma) biblioteca com grande acervo e quatro computadores, 01 (uma) sala de múltiplas funções, 01 (uma) sala para a mecanografia, 01 (uma) sala de apoio, 01 (uma) copa, 01 (uma) secretaria, 01 (uma) sala de direção/vice-direção, 03 (três) salas de assistência, 01 (uma) cantina, 01 (um) depósito de gêneros alimentícios, 01 (uma) sala de servidores com depósito de materiais e dois banheiros, 01 (um) almoxarifado, 04 (quatro) banheiros para uso de alunos, sendo dois para cada gênero, 02 (dois) banheiros para professores, sendo um para cada gênero, 01 (um) pátio coberto, 01 (uma) guarita e 01 (um) estacionamento para uso privativo de professores e servidores.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Dados da Mantenedora

Governo do Distrito Federal - Secretaria de Estado de Educação

CNPJ: 00.394.676/0001-07

Endereço: SGAN 607 Projecção D Brasília - DF

Telefone: (61) 3901-3664

Dados da Instituição Educacional

Centro de Ensino Médio 02 de Brazlândia

Coordenação Regional de Ensino: Brazlândia

Endereço: Quadra 36 Área Especial 03 Vila São José - Brazlândia - DF

Telefone: (61) 3901-3692

Email: cem02braz@gmail.com

Localização: Zona Urbana

Data de Inauguração: 09.11.1998

Turnos de Funcionamento: Matutino, Vespertino e Noturno

Corpo Discente: 1270 alunos matriculados.

Corpo Docente: 61 professores

Servidores da Carreira Assistência: 11

Servidores Terceirizados: 21

Modalidade de Ensino Ofertadas: Ensino Médio e EJA (Terceiro Segmento)

Diretor: Ricardo Vieira Cardoso

Vice-Diretor: Marcos Acléssio Carvalho Sousa

Supervisores: Rafael Navarro Canizares Filho, Isaias Marques da Silva, Everson de Sousa Lemes e Diane Pinheiro Flores.

Chefe de Secretaria: Adilson Nolasco da Silva

Coordenadores Pedagógicos: Alberto Oliveira Ribeiro, Alessandro Dias Guedes, Laianna Oliveira Silva Hipólito, Rosilene Pinto Farias de Carvalho e Sântia Simone de Sá.

CORPO DOCENTE

A Escola conta com a colaboração de 61 servidores da Carreira Magistério Público do Distrito Federal para o desenvolvimento de suas atividades. Todos estes professores possuem licenciaturas relativas à disciplina que ministram.

A função do professor está mudando, tendo em vista, a quebra de paradigma a partir da revolução industrial, aumentando e incluindo o uso da tecnologia e acesso a informação. Assim sendo, reforça-se a necessidade de um educador-problematizador, um organizador da aprendizagem, muito mais do que um simples transmissor de conhecimentos.

Trata-se de um avanço filosófico profundo e qualitativo, pois o docente assume um papel dirigente, e sua formação social e política devem ser ampliadas, para que ele possa se transformar em uma liderança, exercendo a cidadania, e formando para a cidadania.

Ele precisa acolher a informação, despertar no aluno o desejo de aprender e construir o novo sentido do mundo. Atuando assim, o professor se mantém com uma atuação dinâmica, democrática e principalmente sensível às necessidades do educando. Assim como, trabalha buscando sempre a qualidade da educação, com vistas a formação do aluno, possibilitando aos mesmos a conquista de sua cidadania e a participação na construção da sociedade. Ou seja, os professores devem acreditar que a educação ainda é o caminho da humanização do homem, como já dizia Paulo Freire “A escola não pode tudo, mas alguma coisa ela pode”. “Quem ensina aprende ao ensinar, quem apreende ensina ao aprender”.

E com esta visão de escola e cidadão é que nossos professores procuram desenvolver um trabalho diferenciado respeitando as diferenças dos alunos, tanto no âmbito social como cultural.

SERVIDORES

Administrar é ter consciência de que a qualidade da escola é global, devido à interação dos indivíduos e grupos que influenciam o seu funcionamento. A gestão com liderança é aquela que busca combinar os vários estilos: Participativo, Perceptivo/flexível, Negociador e Inovador. O gestor deve saber integrar objetivo,

ação e resultado, agregando à sua gestão colaboradores que procuram o bem comum de uma coletividade.

O CEM 02 é composto por uma gama de servidores, alunos, pais cujas relações são marcadas por interações físicas e psicológicas. Para a consolidação de um projeto interdisciplinar e global, a escola necessita desenvolver formas democráticas de organização, gestão e funcionamento escolar, dando atenção à melhoria das relações de trabalho em seu interior necessitando a implementação de ações colegiadas articuladas a situações em que o aprender a pensar não se dissocie do executar e, portanto, da efetivação de um Projeto Político-Pedagógico consistente.

Percebemos que um grupo de trabalho não é apenas uma coleção de indivíduos. Cada um possui suas particularidades, talentos, desejos, sonhos, problemas, aspectos sociais e psicológicos. Desejamos exercer a administração escolar com o objetivo de planejar, orientar, coordenar e controlar os esforços de todos a fim de que em conjunto possam alcançar seus objetivos mais eficientes. Rompendo com as estruturas mentais e organizacionais fragmentadas.

Contamos atualmente com 12 profissionais que atuam no administrativo, secretaria, apoio e mecanografia. São profissionais comprometidos com a filosofia da escola desenvolvendo suas atividades de forma a participar das ações educacionais conjuntamente com professores, equipe pedagógica e comunidade. Convergindo esforços coordenados de todos para a realização das ações pedagógicas, que é o cerne da escola, contribuindo assim com a efetivação da gestão democrática da escola pública.

A Integração desses profissionais com a Comunidade Escolar num contexto geral é muito boa, não havendo grandes problemas de convivência no ambiente de trabalho, sendo que há abertura por parte da Gestão da Unidade de Ensino para que todos possam participar da gestão, opinando e dialogando para a melhoria do trabalho, inclusive participando das instancias colegiadas da instituição.

SERVIDORES TERCEIRIZADOS

Atualmente, dispomos de 21 servidores terceirizados que atuam na segurança do patrimônio, manutenção e limpeza da escola e na cantina.

Esses servidores também são agentes atuantes no fazer pedagógico, pois têm papel fundamental na dinâmica cotidiana da instituição. Portanto, é necessário assegurar a importância e o desenvolvimento dos papéis de todos os servidores da Instituição. Eles precisam estar comprometidos e motivados para com a causa proposta. Para tanto, devem exercer suas funções tendo em mente que estão ligados diretamente com o objetivo maior da escola existir, que é a educação.

Neste sentido, os funcionários atuam também como agentes participativos do processo ensino-aprendizagem, já que educam em todas as ações desenvolvidas na escola.

INSTITUIÇÕES PERMANENTES

O Centro de Ensino Médio 02 possui, como Órgãos colegiados permanentes, o Conselho de Classe e o Conselho Escolar. As funções e normas estão regulamentadas no Regimento Interno da Secretaria de educação do Distrito Federal.

É preciso fortalecer essas instituições, posto que as mesmas possuem papel significativos na aplicação do PPP. Isso será feito através de uma política de convencimento e valorização da escola. A democratização do ensino passa obrigatoriamente pelo fortalecimento dessas instituições.

→ **CONSELHO DE CLASSE:** Órgão colegiado integrante da Gestão Democrática e se destina a acompanhar e avaliar o processo de educação, de ensino e das aprendizagens, havendo tantos Conselhos de Classe quantas forem as turmas existentes na Unidade Escolar.

→ **CONSELHO ESCOLAR:** Órgão de natureza consultiva, fiscalizadora, mobilizadora, deliberativa e representativa da comunidade escolar, eleito democraticamente, regulamentado pela SEEDF. Será composto por, no mínimo, e no máximo, vinte e um conselheiros, conforme quantidade de estudantes da

unidade escolar prevista em legislação vigente. São integrantes atuais do Conselho Escolar do CEM 02:

- Ricardo Vieira Cardoso – Diretor (membro nato)
- Rita de Cássia G. Araújo – Professor (Presidente)
- Rosilene P. Farias de Carvalho – Professor (Vice-Presidente)
- Izabela Vasconcelos Rosa – Aluno (1º secretário)
- Terezinha Fleury Moreira – Assistência (2º secretário)
- Alessandro Dias Guedes – Professor
- Marli C. Da Silva Souza – Assistência
- Cláudia Nogueira de Lima – Assistência
- Lucilene Cardoso Fernandes – Pais
- José dos Santos Meirelles – Pais
- Francinildo da Silva - Pais

FINANCEIROS

As mudanças esboçadas no campo educacional percebe a escola como espaço de deliberação coletiva em diferentes áreas: financeira, pedagógica e administrativa. No tocante à dimensão financeira, a escola é responsável por definir ações, elaborar e executar os projetos educativos e de gestão da escola.

Percebemos que essa responsabilidade não fica restrita ao gestor e sua equipe de coordenação e sim a toda comunidade escolar, que devem se responsabilizar pelo bom uso das verbas destinadas à educação, por meio dos conselhos escolares, das discussões e decisões referentes aos projetos a serem desenvolvidos na escola, bem como do emprego das verbas para o desenvolvimento desses projetos e das possíveis parcerias a serem implementadas. Como os conselhos têm caráter deliberativo e são o órgão fundamental da escola, enquanto núcleo de gestão, a sua participação na construção do projeto financeiro é fundamental.

Contamos atualmente com as verbas do PDAF (Programa de Descentralização Administrativa e Financeira) originária do governo distrital e também do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) originária do governo federal.

A administração e execução dessas verbas são responsabilidade do Caixa Escolar da Unidade de Ensino, que é uma empresa constituída para esta finalidade. Atualmente a diretoria, que é eleita democraticamente, podendo candidatar-se qualquer pessoa da comunidade escolar, é composta por:

- Ricardo Vieira Cardoso (Presidente)
- Marcos Acléssio C. Sousa (Vice-Presidente)
- Leandro Leão da Silva (Tesoureiro)
- Valdair Marques da Silva (Secretário)
- Estefany Sousa da Silva (Conselheiro Fiscal)

CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA

A escola tem como princípio básico possibilitar aos seus alunos o acesso ao conhecimento escolar. Conhecimento esse, que é esquematizado, reestruturado, segmentado, simplificado, reconstruído, como meio de promover a sua apreensão pelos alunos. Este PPP fundamenta que o trabalho escolar deve ser uma transposição didática do conhecimento formal em conhecimento escolar, considerar o aluno como sujeito de sua própria aprendizagem. Destacando a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.

Percebemos que o conhecimento é construído, progressivamente, através da atividade própria do aluno, da intervenção do professor e também através das interações sociais, isto é, de aluno para aluno e entre o professor e os alunos. Nesta ótica a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática são de grande importância na discussão do pedagógico democrático.

Queremos proporcionar a valorização da experiência extraescolar, as experiências e vivências do cotidiano do aluno como ponto de partida para as novas aprendizagens escolares, respeitando a diversidade dos alunos, como pessoas e como membros de um determinado grupo étnico-cultural e socioeconômico.

Outro ponto de relevância é a busca da superação da fragmentação do conhecimento dividido em disciplinas, enfatizando a interdisciplinaridade dos conhecimentos e a construção integrada de saberes, competências e valores que possam de fato contribuir para a formação cidadã.

A Secretaria de Educação do Distrito Federal adotou a partir deste ano, o modelo de Semestralidade como concepção pedagógica. Cabe ressaltar que essa escolha se deu de forma Unilateral por parte da SEDF. Ressalta-se que vivenciamos essa experiência em anos anteriores e posteriormente havíamos retornado ao sistema anual através de deliberação da Comunidade Escolar.

Toda mudança causa insegurança e assim não está sendo diferente com relação à Semestralidade. Muitas dúvidas pairam no ar, entretanto isso não implica na desistência dessa maneira de ensinar, pois os professores se mostram dispostos a aplicar e entender essa nova concepção pedagógica. Segundo a Secretaria de Educação “a semestralidade é uma proposta de reorganização curricular que modifica a forma de ensinar e aprender no Ensino Médio.

Os ciclos se caracterizam “por ser uma experiência em que as mudanças no currículo, nos aspectos pedagógicos, na avaliação, na organização da escola oportunizam a formatação de um novo tipo de escola baseada na lógica da aprendizagem e não da mera classificação e reprovação de estudantes”(STREMEL, 2012)

Os principais argumentos para implementação de ciclos também são mantidos

na semestralidade, quais sejam: redução do fracasso escolar, mais tempo de trabalho entre professor e estudante e regularização do fluxo de estudantes ao longo dos três anos do Ensino Médio, entre outros. Contudo, esta não é a única razão. Nos ciclos o elemento cultural também é fundamental. A semestralidade, portanto, propõe-se trabalhar na perspectiva da multiletramento, qual seja: o reconhecimento do pluralismo cultural e semiótico (diversas linguagens) na escola.

Sendo assim, a semestralidade organiza os componentes curriculares no tempo (semestral) com o intuito de garantir ao estudante e ao professor uma nova relação entre estes e o processo de ensino-aprendizagem.

Na Semestralidade, é necessário considerar a organização do tempo e do espaço como integrantes do Projeto Político-Pedagógico, a partir do estudo da realidade e ou peculiaridade de cada escola e da Rede Pública de Ensino como um todo. Para essa nova organização, os componentes curriculares do Ensino Médio e suas cargas horárias, previstas nas Diretrizes Pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (2008), foram divididos em dois Blocos (conforme quadro abaixo) que devem ser ofertados concomitantemente, isto é, em um mesmo semestre devem ser ofertados os dois Blocos.

De maneira mais específica: em nossa escola, por exemplo, são quatorze de 1º ano. Assim, sete turmas estarão no Bloco 1 e sete turmas estarão no Bloco 2. No semestre seguinte, faz-se a reversão da oferta dos Blocos para essas turmas.

Blocos de Componentes Curriculares - Diurno			
Bloco 01	Carga Horária	Bloco 02	Carga Horária
Língua Portuguesa	04	Língua Portuguesa	04
Matemática	03	Matemática	03
Educação Física	02	Educação Física	02
História	04	Geografia	04
Filosofia	04	Sociologia	04

Biologia	04	Física	04
Química	04	Arte	04
Inglês	04	Espanhol	02
Parte Divers.	01	Parte Divers.	03
Total Semanal	30	Total Semanal	30

Blocos de Componentes Curriculares - Noturno			
Bloco 01	Carga Horária	Bloco 02	Carga Horária
Língua Portuguesa	04	Língua Portuguesa	04
Matemática	03	Matemática	03
História	04	Geografia	04
Filosofia	04	Sociologia	04
Biologia	04	Física	04
Química	04	Arte	02
Inglês	02	Espanhol	02
		Educação Física	02
Total Semanal	25	Total Semanal	25

A oferta de Ensino Religioso está presente no turno diurno durante todo o ano letivo; no entanto, ressalta-se que a oferta é obrigatória, mas a matrícula no componente curricular é opcional para o estudante, conforme orienta a LDB (Lei 9394/96 - art. 33). Se a frequência não for opção do estudante, sua carga horária será utilizada para atividades da Parte Diversificada, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (BRASIL, 2010) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL, 2012).

Esta Unidade de Ensino adota o projeto interventivo denominado “Leio, Logo Escrevo”, como forma de fomento a Leitura e a produção textual, nas aulas destinadas a parte diversificada.

A organização escolar semestral implica considerar as teorias da aprendizagem e do desenvolvimento humano que resguardam a heterogeneidade de tempos e modos de aprender dos indivíduos, reconhecendo que o conhecimento é construído a partir da interlocução sociocultural e intrapessoal (VYGOTSKY, 2001). Nessa direção, é imprescindível que o professor organize o trabalho pedagógico em função das possibilidades e necessidades dos estudantes, garantindo, assim, um ganho significativo em sua formação integral.

A organização dos espaços e tempos do fazer pedagógico é desafiadora e, muitas vezes, reveladora da forma como os professores concebem e realizam o trabalho docente. A aula é espaço e tempo em que professores e estudantes se encontram e interagem de forma mais efetiva, numa relação pedagógica mediada pelo conhecimento, fundamentada por perspectivas teórico-metodológicas (SILVA, 2011).

Na SEEDF, a Pedagogia Histórico-Crítica e a Psicologia Histórico-Cultural são concepções que orientam a organização do trabalho pedagógico e as práticas docentes e discentes. Pode-se entender a aula como uma estrutura física e pedagógica dinâmica que apresenta quatro dimensões, claramente definidas e inter-relacionadas. Ampliar a compreensão das possibilidades da aula implica considerar essas dimensões para além de seu caráter arquitetônico e cronológico.

São as seguintes dimensões a se considerar:

- Dimensão física: o que existe, como se organiza?
- Dimensão funcional: como se utiliza e para qual finalidade?
- Dimensão relacional: quem utiliza e em quais circunstâncias?
- Dimensão temporal: quando e como é utilizada?

O desenvolvimento de processos de ensino e de aprendizagem deve possibilitar a interação dos sujeitos por meio de uma organização diversificada do espaço físico (sala de aula) e das ações nela desenvolvidas (aula), seja no coletivo, em pequenos grupos de três ou quatro, em duplas. Repensar a geografia da sala de aula pressupõe compreender que a aprendizagem se dá na interlocução com o outro; ressignificar esse espaço requer a organização dos estudantes em grupos, de forma a atender as ações didático-pedagógicas que favoreçam a construção coletiva do conhecimento.

A proposição de situações didáticas em que os saberes e experiências dos estudantes venham à tona por meio de sua problematização é fundamental para evidenciar sua prática social (evidências do que sabem sobre o assunto, o que pensam a respeito, quais suas descobertas, quais caminhos percorreram para encontrar as respostas) e propor atividades que os instrumentalizem, possibilitando a reflexão crítica e criativa e, conseqüentemente, sua participação. O acompanhamento das aprendizagens dos estudantes pelos professores nesse processo constitui elemento fundamental para o (re)planejamento do trabalho pedagógico e precisa pautar-se nos sentidos atribuídos pelos estudantes sobre

aquilo que estudam, ou seja, a articulação entre o conhecimento de mundo, os conteúdos científicos, a prática social inicial e a síntese elaborada no processo de construção do conhecimento.

Ao selecionar as estratégias de ensino-aprendizagem no Ensino Médio, os professores devem observar se:

- são eficazes e estimulam a atividade e a iniciativa dos alunos, sem abrir mão da mediação do professor;
- favorecem o diálogo entre os estudantes e com o professor, sem deixar de valorizar o diálogo com a cultura acumulada historicamente;
- levam em conta os interesses dos estudantes, os ritmos de aprendizagem e desenvolvimento, sem perder de vista a sistematização lógica dos conhecimentos, sua ordenação e gradação para garantir a aprendizagem dos estudantes;
- mantêm a vinculação entre educação e sociedade, pois professores e estudantes são agentes sociais.

CONTRATO DIDÁTICO: realizado entre professores e alunos é uma prática que contribui para a corresponsabilidade desses sujeitos, que passam a atuar como partícipes das atividades educativas que ocorrem no âmbito da escola. O contrato didático pode ser construído por meio de oficinas de planejamento e avaliação coletiva do trabalho. É uma ação pedagógica que se desenvolve na aula com a efetiva participação dos alunos, objetivando corresponsabilizá-los pelo trabalho pedagógico, de sua concepção ao desenvolvimento e avaliação. Visa à ratificação ou retificação da proposta de trabalho sugerida inicialmente pelo docente. Algumas etapas podem auxiliar o professor na construção de um contrato didático com os estudantes:

apresentar o plano de ensino do componente curricular para discussão e contribuições dos estudantes; (re)definir temas/assuntos de interesse dos alunos, de acordo com os conteúdos propostos no Currículo em Movimento (DISTRITO FEDERAL, 2014b) e os objetivos de aprendizagem;

(re)construir ou adequar o material pedagógico, tendo em vista as necessidades e interesses da turma;

- propor e incorporar sugestões de estratégias metodológicas que incentivem o estudante a atuar ativamente no desenvolvimento das atividades, como seminários, pesquisas coletivas, dinâmicas de trabalho grupal, entre outros;
- discutir e definir procedimentos, instrumentos e critérios de avaliação da aprendizagem que melhor se adaptem ao perfil dos estudantes e oportunizem a eles acompanhar seu desempenho escolar;
- definir com os estudantes procedimentos e instrumentos formais de avaliação, bem como a frequência com que serão realizadas essas atividades pedagógicas;
- construir e aplicar procedimentos/instrumentos que possibilitem a autoavaliação pelos estudantes.

PRINCÍPIOS DIDÁTICO PEDAGÓGICOS

Os Princípios Didático-Pedagógicos de nossa escola baseiam-se:

- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, vedada qualquer forma de discriminação e segregação;
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- Respeito á liberdade e as diferenças;
- Gratuidade de Ensino;
- Valorização dos profissionais de ensino;
- Gestão Democrática;
- Garantia de uma educação básica de qualidade;
- Valorização da Experiência Extraescolar;
- Vinculação entre Educação Escolar, práticas sociais, trabalho e cidadania.

FILOSOFIA DE AVALIAÇÃO

Atualmente a avaliação tem sido vista de uma forma diferente, passando a envolver o desempenho do aluno, do professor e de todo o contexto escolar. Além disso, não pretende somente aferir o domínio do conteúdo, mas verificar o desenvolvimento da capacidade dos discentes. Ou seja, avaliamos para conhecer não apenas os progressos dos nossos alunos, mas também para refletir sobre as estratégias de trabalho em nossa sala de aula.

O processo avaliativo parte da relação professor-aluno que assume caráter dialógico, no processo ensino-aprendizagem. Assim sendo propicia o respeito mútuo, a cooperação, o trabalho individual e em grupo e a autoconfiança, levando em consideração valores ético, morais, estéticos e humanos associados aos conteúdos qualitativos e quantitativos.

Avaliar para promover significa, assim, compreender a finalidade dessa prática a serviço da aprendizagem, da melhoria da ação pedagógica, visando a promoção moral e intelectual dos alunos.

O professor assume o papel de investigador, de esclarecedor, de organizador de experiências significativas de aprendizagem. Seu compromisso é o de agir refletidamente, criando e recriando alternativas pedagógicas adequadas a partir da melhor observação e conhecimento de cada um dos alunos, sem perder a observação do conjunto e promovendo sempre ações interativas, tornando-se evidente o compromisso do professor e da escola em conhecer e respeitar as diferenças.

A avaliação, como processo contínuo e dinâmico não pode estar centralizada ou na reprovação do aluno, nem tão pouco ser excludente ou seletiva. Deve antes, priorizar a aprendizagem, o desenvolvimento, a capacidade de reflexão, criticidade e problematização da realidade.

A avaliação nunca será uma atividade neutra: mas sim um processo dinâmico, coletivo em que se privilegia a reflexão pedagógica avaliativa a respeito dos impasses, das diferenças e ritmos de aprendizagem que marcam ou determinam o progresso do aluno.

É primordial que o professor veja o aluno como produto e sujeito do conhecimento, que lhe possibilite ler a realidade e estabelecer comparações, para que haja um avanço deste e conseqüentemente levará o professor a uma nova postura de reflexão. Nesse contexto, há necessidade de referenciais que sejam claros no processo avaliativo, não podendo se limitar à verificação da aprendizagem de conteúdos ou atividades, usando tão somente os instrumentos de provas e notas, embora façam parte desse processo.

Por isso, a avaliação deve contemplar uma concepção mais ampla, uma vez que envolve formação de juízos e apreciação de aspectos qualitativos. Essa deve ser compreendida como uma ação reflexiva do processo da aprendizagem, pois é um instrumento essencial no desenvolvimento social, afetivo e cognitivo.

A avaliação será um constante diagnóstico da realidade escolar, do currículo, do aluno, dos professores com a finalidade de superar preconceitos, aumentando o interesse e a participação, a responsabilidade e a criatividade.

Nem sempre conhecemos o “ponto de partida” do conhecimento aluno/professor, nem mesmo a localização formal de tempo e espaço dos envolvidos no processo avaliativo. Desta forma é primordial levarmos as teorias para a prática, ou seja, precisamos melhorar a qualidade de ensino e da Escola, reduzir a repetência, diminuir a taxa de evasão e repetência, estimular o estudo no qual se

obtem o crescimento intelectual, conhecer o significado dos conceitos e recuperar a escola como “ importante para o crescimento social, político, cultural e econômico”.

Os alunos precisam de um acompanhamento individualizado, pois não podemos considerar todos com a mesma capacidade de produção e raciocínio. O ideal seria que o número de alunos em cada sala fosse inferior a 30 (trinta) alunos, evitando a evasão por desânimo, medo de reprovação, preconceito, falta de orientação e incentivo, entre outros. Para tanto é necessário que se valorize e que se invista mais em pequenos projetos da escola que tem como principal objetivo, formar grandes homens.

É preciso avaliar as diferentes realidades educacionais e as diversas possibilidades de mudança da estrutura escolar e neste contexto a nossa escola começa a fazer a sua parte.

Avaliando a aprendizagem, avalia-se o ensino, num processo contínuo, pois o que se pretende questionar com isso é a forma ensinada, sua adequação às várias maneiras de desenvolver as aprendizagens apresentadas na sala de aula, levando em consideração a contextualização e fatos históricos vividos pelos alunos que influenciam na sua forma de aprender. É necessário que o professor conheça as características do grupo como um todo, o desenvolvimento cognitivo, psicológico e social e, a partir daí, organize condições adequadas para a aprendizagem, redirecionando o planejamento, dentro de seus aspectos de flexibilidade, e suas estratégias de ensino, pois aprender é construir significados e ensinar é oportunizar esta construção.

O Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, em seu artigo 184, reza que os resultados bimestrais, semestrais e finais da avaliação do processo de aprendizagem dos estudantes do ensino médio, deverão ser expressos por meio de notas, que variam numa escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). No caso de serem adotados testes/provas como instrumento de avaliação, o valor a eles atribuído não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) da nota final de cada componente curricular por bimestre. Assim, a instituição adota o sistema de Provões, respeitando os componentes curriculares de cada bloco, na tentativa de simular as avaliações externas as quais os estudantes serão submetidos ao longo do Ensino Médio, sejam elas: PAS/UnB e ENEM.

Correspondem as avaliações institucionais, 30% referente ao provão bimestral e 20% referente a redação bimestral. Os 50% restantes fica a cargo do professor da disciplina distribuí-los em outras atividades avaliativas.

Na organização escolar em semestres, deverá ser observado:

- Para os componentes curriculares ofertados em apenas um bloco, a média final semestral (MFS) é obtida por meio da média aritmética dos dois bimestres letivos, de acordo com a seguinte fórmula:

$$MFS = \frac{NB1 + NB2}{2}$$

2

Onde:

MFS = Média Final Semestral

NB1 = Nota do 1º Bimestre

NB2 = Nota do 2º Bimestre

- Para os componentes curriculares ofertados nos dois blocos, a Média Final (MF) é obtida por meio da média aritmética dos quatro bimestres letivos, de acordo com a seguinte fórmula:

$$MF = \frac{NB1 + NB2 + NB3 + NB4}{4}$$

4

Onde:

MF = Média Final

NB1 = Nota do 1º Bimestre

NB2 = Nota do 2º Bimestre

NB3 = Nota do 3º Bimestre

NB4 = Nota do 4º Bimestre

COMO SERÁ A RECUPERAÇÃO DOS ESTUDANTES?

Como apresentado anteriormente, o foco da reorganização do espaço e tempo escolar pressupõe que a escola se organize baseada na lógica da aprendizagem e não na classificação e reprovação de estudantes. Desta forma, o sistema de ensino, os professores, os gestores das unidades escolares e os

estudantes precisarão focar na qualificação dos tempos ampliados de ensino-aprendizagem e na busca do acompanhamento das dificuldades apresentadas por um número menor de estudantes por semestre. Quando todos convergem para a aprendizagem e criam estratégias pedagógicas para uma aprendizagem significativa a tendência à reprovação é mínima.

Uma das estratégias recomendadas por pesquisadores e professores é a pedagogia de projetos que trará o caráter prático e contextualizado aos blocos de componentes curriculares. Para que tenhamos sucesso, os procedimentos adotados precisam ser inovadores, as práticas e a forma de organização da escola precisam ser alteradas e discutidas coletivamente ou a prática educativa continuará tradicional e o resultado não será alterado ou alcançado. A ação da unidade escolar precisará ser definida coletivamente nas coordenações pedagógicas de forma processual e intercomponentes curriculares. Mas, caso ainda haja estudantes em recuperação, precisamos lembrar que o regime continuará anual. Portanto, o resultado final da situação escolar do jovem ocorrerá no final do ano, lembrando que ele fará jus à recuperação contínua ao longo do segundo semestre dos conteúdos não assimilados no primeiro.

Os estudos de recuperação de responsabilidade direta do professor, sob o acompanhamento de toda a equipe diretiva da Unidade Escolar, com o apoio da família, destinam-se ao estudante com aproveitamento insuficiente, considerando o sistema de avaliação adotado. Conforme estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Regimento Escolar da SEEDF, os estudos de recuperação são oferecidos nas seguintes formas:

- contínua, inserida no processo de ensino e de aprendizagem, no decorrer do período letivo, assim que identificado o baixo rendimento do estudante;
- final, realizada após o encerramento do ano letivo, para o estudante que não obteve aproveitamento suficiente em até três Componentes Curriculares.

A recuperação contínua (RC) é o procedimento adotado, após intervenções didáticas que retomaram elementos não atingidos pelo estudante e evidenciados, após avaliação anterior. Observe-se que:

- deve ser ofertada, individualmente ou para um grupo de estudantes que não obtiveram êxito na avaliação;
- devem ser registradas as notas obtidas pelo estudante em processo de recuperação contínua (RC), assim como registrada, necessariamente, a

denominação do instrumento/procedimento avaliativo no campo (RC do Diário de Classe), em atendimento à legislação vigente;

- se trata de um procedimento pedagógico de direito do estudante que, quando for o caso, se estenderá ao longo do semestre e ou do ano letivo. Logo, o Diário de Classe, nos campos próprios, deverá permanecer em aberto para o efetivo registro da recuperação contínua (RC);

- são de responsabilidade da Coordenação Pedagógica as providências para que não haja interrupção do processo de recuperação contínua (RC), garantindo ao estudante seus direitos, caso ocorra substituição de Professor Regente, ao longo do ano/semestre letivo.

Quanto aos Estudos de Recuperação Final e seus registros é importante destacar que:

- embora a organização seja semestral, o regime é anual, porquanto o inciso II, art. 168 do Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, ainda em vigor, regulamenta que "... poderá participar do processo de recuperação final o estudante que ficar em recuperação em até três componentes curriculares...", o que somente será possível afirmar ao final do ano, com deliberação também do Conselho de Classe;

- o estudante é promovido quando, após os estudos de recuperação final, obtiver em cada componente curricular nota igual ou superior a 5,0 pontos;

- a nota da recuperação final substitui o resultado anterior, expresso pela média final, se maior;

- a nota da recuperação final é registrada no Diário de Classe, em Ata própria e na Ficha Individual do Aluno, sendo comunicada ao estudante por meio de instrumento próprio.

Progressão Parcial em Regime de Dependência: Trata-se de um recurso pedagógico que permite à Unidade Escolar promover o estudante, dentro de uma mesma etapa da Educação Básica para outra mais adiantada, com dependência em até dois Componentes Curriculares, ao final do ano letivo e após todo o processo de aprendizagem, de recuperação contínua e de recuperação final. É importante salientar que a progressão parcial em Regime de Dependência não se aplica a estudante retido em um período de estudos, em razão de frequência inferior a 75% do total de horas letivas. O art. 138 da Resolução n.º 1/2012 – CEDF trata da

Progressão Parcial em Regime de Dependência: [...] É permitida a progressão parcial para o ano subsequente do 6.º para o 7.º ano, do 7.º para o 8.º ano e do 8.º para o 9.º ano do ensino fundamental de duração de nove anos e da 1ª para a 2.ª série e da 2.ª para a 3.ª série do ensino médio, com dependência em até 2 (dois) componentes curriculares, de acordo com as normas regimentais.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

A Educação de Jovens e Adultos – EJA, é uma modalidade da educação básica destinada aos jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram os estudos no ensino fundamental e no ensino médio.

É importante destacar a concepção ampliada de educação de jovens e adultos no sentido de não se limitar apenas à escolarização, mas também reconhecer a educação como direito humano fundamental para a constituição de jovens e adultos autônomos, críticos e ativos frente à realidade em que vivem.

A preocupação maior conforme os dados estatísticos é com as desistências devido ao número de alunos que trabalham, pois não conseguem conciliar o trabalho com o estudo. Além disso, percebe-se que além do trabalho outros fatores fazem com que esses alunos abandonem a escola. Entre eles podemos citar: fatores pedagógicos, como fracasso escolar, pois quando não conseguem acompanhar os estudos acabam desistindo, relação professor/aluno, aluno/aluno, aluno/escola, violência e drogas.

O aluno da EJA, é o aluno trabalhador de baixa renda. Desempenha atividades por 08 (oito) horas diárias chegando a escola cansado depois de um dia extenuante e de cansativo deslocamento casa/trabalho e sem motivação para desempenhar suas tarefas de estudante. Sua aprendizagem também deixa muito a desejar, pois o mesmo não tem tempo e nem ânimo para dedicar-se ao estudo. O primordial para ele é o trabalho e a escola vem em segundo plano.

Com base nessa análise é importante que professores e gestores desenvolvam trabalhos visando motivar a permanência do aluno na escola, propor pedagogia dinâmica que se adapte melhor ao perfil do educando.

EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE

Diversidade Cultural

Para melhor compreender a diversidade cultural faz-se necessário conhecer o significado de cultura e educação. Perceber a importância de um trabalho efetivo sobre a diversidade cultural para a construção da identidade social. Reconhecer a escola como espaço de socialização cultural, que proporciona ao aluno a interação

entre diversas culturas. Perceber o papel da escola no combate ao preconceito, oferecendo informações que contribuam para a superação de todas as formas de discriminação.

Esclarecer o papel do professor frente à diversidade cultural promovendo ações que valorizem as diferenças entre raças e culturas. Oferecer e construir junto com os alunos um ambiente de respeito pela aceitação e pela valorização das diferenças culturais. Em nossa Unidade de Ensino entendemos como de fundamental importância o trabalho com a Diversidade Cultural. Neste sentido, é importante ressaltar:

- Definir o que é comum a todos e o que é particular a cada aluno;
- Criar diferentes ambientes de aprendizagem;
- Conhecer as particularidades dos alunos para estimular o interesse de cada um;
- Diversificar o material didático;
- Acompanhar a aprendizagem de cada estudante;
- Trocar informações e opiniões com outros professores;

Dentro de uma comunidade onde existe uma diversidade cultural deve-se considerar não só as capacidades intelectuais e os conhecimentos de que o aluno dispõe, mas também seus interesses e motivações. Respeitar e valorizar as diferenças enriquecendo assim a ação educativa.

História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena

A abordagem pedagógica sobre esta demanda objetiva promover o reconhecimento da identidade, da história e da cultura da população, assegurando a igualdade e valorização das raízes africanas ao lado das indígenas.

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana é trabalhado em todas as disciplinas, assegurando igualdade de condições, respeito e valorização da cultura do outro, sendo também trabalhado a cultura indígena, a europeia, latino americana e asiática na construção da cultura brasileira. Compreendendo que a sociedade brasileira é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais

distintos, que possuem cultura e história próprias, e igualmente valiosas e que em conjunto constroem a nação

Brasileira e sua história. Cabendo a escola conduzir o educando ao conhecimento sistematizado e a valorização da história construída ao longo dos anos.

AVALIAÇÃO DO PPP

O Projeto Político-Pedagógico, por ser um projeto, nunca pode ser visto como um documento acabado, sem margens para mudanças. Ele tem que ser visto como algo que reflete um momento histórico em que a comunidade está inserida, portanto o mesmo tem que ser flexível e pode ser mudado durante a caminhada escolar. A sua construção e implementação foi fruto de uma ação coletiva, portanto a avaliação da sua aplicabilidade também tem que ser coletiva. Essa avaliação tem que ser contínua, dinâmica e atenta, posto que essa também é a característica do universo escolar.

PROJETOS INTEGRADOS AO PPP

SIMULADO

Aplicação de simulado direcionado para o ENEM e PAS/UnB e vestibular tradicional, pois também visamos á continuidade dos estudos do aluno. O Simulado será um exercício daquilo que o aluno enfrentará na concorrência por um lugar ao sol. Será elaborado pelos professores com o auxílio dos coordenadores e, se necessário com o apoio de outras instituições como a UNB e Faculdades privadas.

OLIMPÍADAS DE MATEMÁTICA – OBMEP

É um projeto que vem criando um ambiente estimulante entre alunos e professores de todo o país. Voltada para a escola pública, seus estudantes e professores, a OBMEP, tem o compromisso de mostrar a importância da Matemática para o futuro dos jovens e para o desenvolvimento do Brasil.

Cabe a escola e ao corpo discente promover e incentivar a participação dos alunos.

Objetivos

- Interferir decisivamente na melhoria do ensino de Matemática em nosso país estimulando alunos e professores a um desenvolvimento maior propiciado pelas condições que atualmente podemos oferecer: a realização da OBM.
- Descobrir jovens com talento matemático excepcional, e colocá-los em contato com matemáticos profissionais e instituições de pesquisa de alto nível, propiciando condições favoráveis para a formação e o desenvolvimento de uma carreira de pesquisa.
- Selecionar os estudantes que representarão o Brasil em olimpíadas internacionais de Matemática.

OLIMPÍADAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

A Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro desenvolve ações de formação de professores com o objetivo de contribuir para a melhoria do ensino da leitura e escrita nas escolas públicas brasileiras.

A Olimpíada tem caráter bienal e, em anos pares, realiza um concurso de produção de textos que premia as melhores produções de alunos de escolas públicas de todo o país. Na 3ª edição participam professores e alunos do 5º ano do Ensino Fundamental (EF) ao 3º ano do Ensino Médio (EM), nas categorias: Poema no 5º e 6º anos EF; Memórias no 7º e 8º anos EF; Crônica no 9º ano EF e 1º ano EM; Artigo de opinião no 2º e 3º anos EM. Nos anos ímpares, desenvolve ações de formação presencial e a distância, além da realização de estudos e pesquisas, elaboração e produção de recursos e materiais educativos.

Uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) e da Fundação Itaú Social, com coordenação técnica do Cenpec — Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, a Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro tem como parceiros na execução das ações o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e o Canal Futura.

**PROJETO APRESENTADO PELA GESTÃO COMO PARTE INTEGRANTE DAS
AVALIAÇÕES INSTITUCIONAIS**



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE BRAZLÂNDIA
CENTRO DE ENSINO MÉDIO 02 DE BRAZLÂNDIA
PROJETO DE LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL



Projeto apresentado como prática diversificada para o Centro de Ensino Médio 02 de Brazlândia, que atua com Ensino Médio. O período de vigência mínima do projeto deve ser de três anos, período compreendido de 2018 a 2021.

Autora: Mayssara Reany de Jesus Oliveira

Brasília, fevereiro de 2018.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO -----	40
2. PROBLEMATIZAÇÃO/JUSTIFICATIVA-----	41
3. ESCOLHA DO TEMA -----	43
4. PÚBLICO-ALVO:-----	43
5. OBJETIVOS: -----	43
5.1. Objetivo geral-----	43
5.2. Objetivos específicos -----	43
6. METODOLOGIA-----	44
6.1. Estratégias e procedimentos -----	44
6.1.1 - Aulas expositivas-----	44
6.1.2 - Práticas de escrita em sala de aula -----	45
6.1.3 - Uso de reportagens e textos da atualidade -----	45
6.1.4 - Construção da proposta de redação bimestral -----	45
6.1.5 - Avaliação da produção textual bimestral-----	46
6.1.6 Utilização da nota da avaliação de escrita bimestral -----	46
6.1.7 – Estratégia de Recuperação Contínua -----	47
6.1.8- Conteúdo programático -----	47
7. RECURSOS HUMANOS-----	51
8. ACOMPANHAMENTO/AVALIAÇÃO-----	51
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----	51
ANEXO I- Avaliação do Artigo de Opinião -----	53
ANEXO II- Avaliação do comentário crítico-----	54
ANEXO III - Avaliação do gênero Crônica -----	55
ANEXO IV- Avaliação do texto dissertativo- argumentativo-----	56

1. APRESENTAÇÃO

O ensino da leitura e escrita deve ser pensado como atividade que confere aos estudantes e, por conseguinte, à comunidade maior poder de ativismo na sociedade. Se os nossos jovens não se interessam pela leitura ou escrita, como poderão ser cidadãos? Como poderão preencher um requerimento, um currículo ou uma reclamação de serviço prestado, por exemplo?

Para o autor Brian Street (2012), é preciso considerar o que as pessoas realmente fazem com a leitura e a escrita, em vez de adorar um “padrão fixo”, supostamente universal e depois considerar todas as outras pessoas em déficit com relação a esse padrão.

Sem a devida proficiência em leitura e escrita, a educação não cumpre seu papel de formação integral. Dessa forma, ao contrário do que reverbera o senso comum, as práticas de leitura e escrita não devem ser exclusivas das aulas de língua portuguesa. Até mesmo porque, os nossos livros didáticos são escritos na modalidade formal da língua portuguesa. Se o estudante não tem a competência necessária de leitura, por exemplo, ele não conseguirá sucesso em nenhuma disciplina.

Em 2014, após participar da semifinal da categoria artigo de opinião, na Olimpíada da Língua Portuguesa, nossa escola teve acesso às oficinas para professores e a conversa com educadores de outras regiões do país, isso inspirou um modelo de projeto diversificado voltado para o ensino da escrita com base na leitura.

Em 2015, iniciamos o projeto com uma aula semanal, o que significava que o professor de produção textual teria 27 turmas. Para atender à demanda da avaliação bimestral, desenvolvemos oficinas para os professores (de todas as disciplinas) para que os textos dos estudantes pudessem ser avaliados. A experiência foi positiva, entretanto, sabemos que é preciso mais espaço para promover práticas de leitura e escrita.

Diante dos problemas encontrados em 2015 e 2016, percebeu-se a necessidade de ampliar o projeto e destinar a ele, no mínimo, duas aulas semanais. O relato de prática vencedor, da Professora Mayssara Reany, explicita a importância do ensino de leitura e escrita a partir das demandas que a sociedade nos traz :

O contexto de vulnerabilidade da escola me fez refletir sobre como poderia aproveitar as oficinas para discutir temas que mereciam atenção(homofobia, violência contra a mulher, corrupção, imigração, trabalho escravo na atualidade...). Assim, fui costurando os temas das oficinas, para que os acontecimentos da escola e do mundo fizessem parte dos debates. Durante um debate sobre homofobia(motivado pelo episódio de ameaças a um estudante da escola), um aluno me disse " professora, se um homem se insinuasse para mim eu teria que dar porrada". O acontecido coincidiu com o horrível acontecimento em Orlando, foi então que fiz a pergunta à turma " O que aconteceu em Orlando poderia acontecer em Brazlândia?", fiquei surpresa com a resposta de uma aluna, que fez a turma concordar, "Não, professora, não temos boate, só por isso". (OLIVEIRA, 2016)

A ideologia por traz dos discursos dos estudantes na escrita sobre temas polêmicos nos faz refletir sobre o poder de transformação social da leitura e escrita. Geralmente, os estudantes mudam de opinião ao lerem vários textos, de vozes diferentes, sobre um mesmo assunto. Isso foi percebido em 2016 e, certamente, mostra como é perigoso deixar com que o senso comum seja a única vertente conhecida, já que a intolerância está ligada também à ignorância. O conceito de ideologia abordado será o de THOMPSON (2007), também definido por Norman Fairclough:

“as ideologias surgem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação com base na classe, no gênero social, no grupo cultural, e assim por diante, e, à medida que os seres humanos são capazes de transcender tais sociedades, são capazes de transcender a ideologia” (FAIRCLOUGH, 2016, p.126)

2. PROBLEMATIZAÇÃO/JUSTIFICATIVA

O papel da escola é orientar o indivíduo de modo que possa conquistar independência e ser um cidadão na sociedade em que vive. Entretanto, não se pode ainda garantir em nosso país que os estudantes concluintes do Ensino Médio sejam motivados a compor a sociedade de modo ativo. Em outras palavras, sem a devida proficiência em leitura e escrita, nossos jovens não podem exercer sua cidadania plena.

Segundo dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), do Instituto Nacional de Estudos Educacionais Anísio Teixeira (INEP), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), 1 apenas 5,34% dos estudantes concluintes da 3ª série do ensino médio deixam a educação básica no estágio *adequado*. Ou seja, menos de 6% dos estudantes demonstram habilidades compatíveis com as três séries do ensino médio. No mesmo levantamento, observa-se que 37,2% dos

estudantes são avaliados no estágio *crítico* (lêem apenas textos narrativos e informativos simples) e que 52,54% estão no estágio *intermediário* (desenvolvem habilidades de leitura, mas aquém das exigidas para a série). O estágio *muito crítico* (não desenvolvem habilidades de leitura nem sequer compatíveis com o 5º e o 9º anos) corresponde a 4,92%. Juntos, os níveis *crítico* e *muito crítico* alcançam 42,12%. Os dados revelam aspectos da proficiência de leitura, mas não devem ser tão distantes das competências referentes à escrita de textos. Nesse contexto, torna-se urgente o desenvolvimento de práticas de leitura escrita no ambiente escolar, de modo organizado e efetivo.

No Centro de Ensino Médio 02 de Brazlândia, em consulta aos estudantes, percebemos que os discentes que chegam ao primeiro ano do Ensino Médio, em sua maioria, não tiveram ainda contato com práticas de escrita que envolvam escrita e reescrita. Consequentemente, a visão de leitura e escrita que os estudantes têm é uma visão voltada para a forma, para a estrutura e, infelizmente, sem relação com o poder de voz e expressão que a escrita pode promover. A conscientização dos estudantes de que se aprende a escrever na prática tem por base o que escreve Clarice Lispector (1999):

Quando não estou escrevendo, eu simplesmente não sei como se escreve. Se não soasse infantil e falsa a pergunta das mais sinceras, eu escolheria um amigo escritor e lhe perguntaria: como é que se escreve? Por que, realmente, como é que se escreve? que é que se diz? e como dizer? e como que se começa? e que é que se faz com o papel em branco nos defrontando tranquilo? Sei que a resposta, por mais que intrigue, é a única: escrevendo (LISPECTOR, C., 1999, p. 156).

Com o objetivo de promover práticas efetivas de escrita, trabalhamos com as oficinas de escrita disponibilizadas pelo CENPEC para o ensino dos gêneros textuais da Olimpíada de Língua Portuguesa. Por três anos consecutivos fomos semifinalistas na categoria artigo de opinião. Em 2016, última edição da competição, fomos vencedores na categoria artigo de opinião e relato de prática. O destaque do texto diante dos melhores selecionados em 2016 demonstra que o trabalho com as oficinas e as adequações surtiu efeito.

Neste ano, o projeto foi reformulado para superar as dificuldades encontradas no ano de 2016. Certamente, o trabalho com educação é sempre contínuo, deve ser aprimorado para que as dificuldades sejam superadas.

3. ESCOLHA DO TEMA

O letramento como ferramenta para o protagonismo juvenil é o tema escolhido para o projeto.

O que pode mover mais a produção textual do que a necessidade social da comunidade? Escrever, dentro da concepção estabelecida neste projeto, é expressar as necessidades da sociedade, é posicionar-se, é ser protagonista.

Dessa forma, é urgente a necessidade de munir os estudantes de textos atuais. Textos esses que revelem a realidade social, que denunciem as mazelas, que promovam reflexão sobre os temas que são constantemente veiculados nos jornais e, também, sobre aqueles que mereciam espaço nas discussões midiáticas,mas que por questões convenientes para os editores, não ganham espaço.

Em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, nossa escola tem trabalhado temas relevantes do ponto de vista local e nacional. Sobre a finalidade do Ensino Médio:

O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades: [...] III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico[...]

4. PÚBLICO-ALVO:

	1º ano	2º ano	3º ano
MATUTINO	-	10	04
VESPERTINO	14	-	-

5. OBJETIVOS:

5.1. Objetivo geral

Promover práticas de leitura e escrita que possam aumentar a proficiência dos estudantes e fazê-los refletir sobre temas socialmente relevantes, de modo a propiciar a formação integral do indivíduo.

5.2. Objetivos específicos

✚ Apresentar o ensino da modalidade formal da língua portuguesa como recurso a serviço da expressão.

✚ Ler em sala de aula produções de alunos do CEM 02 que se destacaram nos anos anteriores.

✚ Analisar as diversas vozes de escritores sobre temas da atualidade, tais como, cotas raciais, redução da maioridade penal, homofobia, intolerância religiosa, sustentabilidade, violência contra a mulher etc.

✚ Explicitar como o senso comum e a ausência de respeito às diversas vozes interferem nas estatísticas sobre violência.

✚ Promover a leitura e a escrita por meio de diversos gêneros textuais presentes na cidade de Brazlândia.

✚ Analisar textos usados no Facebook como recursos semióticos para desenvolvimento do letramento social e escolar.

✚ Conduzir debates sobre temas da atualidade para ampliar a perspectiva dos estudantes sobre a própria realidade.

6. METODOLOGIA

A partir do espaço reservado para a prática diversificada, em duas aulas semanais, o professor de leitura e produção de texto vai trabalhar com os estudantes textos referente à tipologia escolhida no bimestre. Os estudantes devem produzir uma prévia antes da avaliação bimestral e o docente deve explorar as amostras de textos para que os estudantes compreendam como deve ser a estrutura de cada texto escolhido.

As aulas devem ser baseadas em temas previamente escolhidos pela coordenação pedagógica. Desse modo, os temas podem sofrer alteração necessária para atender às demandas da atualidade.

6.1. Estratégias e procedimentos

6.1.1 - Aulas expositivas

O docente pode utilizar aulas expositivas para analisar os textos produzidos pelos estudantes no bimestre/ano anterior para que os estudantes percebam quais são as maiores dificuldades encontradas na produção dos diversos gêneros.

As atividades planejadas nas aulas expositivas devem contemplar os diversos recursos para a compreensão da escrita, tais como, vídeos, músicas, imagens, obras clássicas, releituras etc.

Para aproveitar melhor o tempo em sala, deve-se evitar a cópia de textos. Por esse motivo, o docente deve requerer, com antecedência mínima de oito dias, a reprodução de material para os discentes.

6.1.2 - Práticas de escrita/reescrita em sala de aula

As práticas de escrita em sala de aula devem ser relacionadas aos temas trabalhados em cada aula. Ou seja, não é recomendado que o docente peça aos estudantes escrita de textos a partir de temas que não tenham relevância social. Por esse motivo, a cada bimestre, a coordenação e supervisão pedagógica, em reunião com os professores, definirão os temas que devem ser trabalhados no período.

O incentivo à leitura deve ser constante, uma vez que a partir do desenvolvimento da proficiência de leitura, os estudantes poderão aprofundar seus conhecimentos sobre a escrita.

A atividade de reescrita pode ser ainda mais didática do que a escrita propriamente dita. Ao reescrever o discente trabalha as referências gramaticais e de conteúdo, dadas pelo docente, no seu texto para obter mais clareza sobre o que está sendo dito. Dessa maneira, a gramática é usada para a construção do sentido do texto e não como mera formalidade. Sobre a reescrita:

"Portanto, quanto mais o ato de reescrever acontecer, mais o autor irá perceber que todo o texto poderá ser modificado, que não é um produto de dimensões significativas acabadas. E, assim, vai ganhando condições de domínio da modalidade escrita, porque vai internalizando regras de composição de gêneros textuais, conseqüentemente, melhorando seu desempenho redacional e compreendendo, aos poucos, o mundo dos textos escritos." (MENEGOLO; MENEGOLO, 2005,p.75)

É importante que os discentes sejam constantemente encorajados a reescrever seus textos para que o ato de escrever não seja entendido por eles como uma espécie de dom, de modo inativo.

6.1.3 - Uso de reportagens e textos da atualidade

Para ampliar a perspectiva dos estudantes sobre os acontecimentos do mundo, é de suma importância que o docente utilize em suas aulas reportagens, de diversas fontes, publicadas nas semanas anteriores.

O uso de várias fontes de informação é uma das maneiras de explorar as várias vozes da sociedade sobre os acontecimentos.

6.1.4 - Construção da proposta de redação bimestral

A proposta de redação deve ser elaborada pelo professor de leitura e produção textual, revisada pelos professores de língua portuguesa e validada pela coordenação e supervisão pedagógica.

A cada bimestre, devem ser elaboradas três propostas de redação para cada ano (primeira chamada, segunda chamada e proposta adaptada para os alunos com deficiência). As propostas devem conter, no mínimo, três textos motivadores e suas respectivas fontes.

Desse modo, o docente responsável pela execução do projeto deverá encaminhar as três propostas de redação com a antecedência de quinze dias anteriores a data marcada para a avaliação bimestral de escrita.

6.1.5 - Avaliação da produção textual bimestral

A aplicação da avaliação bimestral de escrita será feita duas semanas antes da aplicação da avaliação de linguagens, exatas e humanas. No dia da aplicação da avaliação bimestral de escrita, os professores farão, no momento da coordenação pedagógica, um alinhamento com os professores de língua portuguesa e com o professor de produção textual.

A coordenação e a supervisão pedagógica são responsáveis por planejar o momento do alinhamento de modo que os professores de todas as disciplinas tenham acesso à formação necessária para a avaliação dos textos de cada bimestre. Para isso, amostras de textos diversos devem ser selecionadas entre as redações produzidas pelos estudantes.

Para que os professores tenham suporte para avaliar os textos e para sanar dúvidas, a avaliação deverá ser feita no ambiente de coordenação, de modo coletivo. Para isso, obrigatoriamente, a oficina de alinhamento ocorrerá antes da avaliação dos textos, sendo que a cada bimestre será feita uma oficina de alinhamento com os textos atuais.

6.1.6 Utilização da nota da avaliação de escrita bimestral

A nota resultante da avaliação de escrita bimestral será utilizada por todas as disciplinas e corresponderá a 20% da média bimestral. Desse modo, a avaliação contabilizará 2,0 do total de 10,00 pontos. A utilização do percentual da avaliação de escrita é obrigatória, uma vez que o projeto é uma intervenção para a comunidade do CEM 02 de Brazlândia.

6.1.7 – Estratégia de Recuperação Contínua

Com o objetivo de promover contínua aprendizagem por parte dos discentes, a estratégia de recuperação contínua deve ser seguida, assim como preconiza a SEDF:

A recuperação contínua na organização escolar em semestres deve acontecer como previsto nas Diretrizes de Avaliação Educacional da SEEDF (2014), em consonância com o artigo 12, inciso V da Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Assim, a unidade escolar deverá prover os meios para que os estudantes de menor rendimento recuperem os conteúdos dos componentes curriculares nos quais as aprendizagens ainda não foram evidenciadas. (DIRETRIZES PARA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA SEMESTRALIDADE: ENSINO MÉDIO, p.57,2014)

Respeitando o regime da semestralidade, as avaliações do projeto "Leio, logo escrevo" acontecerão no bloco II, correspondente à disciplina de prática diversificada (2h/a). Aos estudantes que não atingirem a média na atividade avaliativa de produção textual, será resguardada a recuperação ainda dentro do semestre.

O estudante poderá procurar o professor de Língua Portuguesa e o professor executor do projeto para receber atendimento preparatório para a atividade de recuperação. Os atendimentos acontecerão em turno contrário e nos dias informados pela coordenação escolar. O estudante deve estar atento, também, ao calendário da instituição para que não perca a data de aplicação da atividade.

A coordenação de linguagens irá preparar e aplicar duas avaliações de produção textual no semestre (uma para cada bimestre). A nota obtida na avaliação terá caráter substitutivo, desde que a nota aferida na avaliação seja superior à nota obtida anteriormente.

6.1.8- Conteúdo programático

O conteúdo programático foi inspirado nas oficinas da Olimpíada de Língua Portuguesa. Entretanto, vale ressaltar que o conteúdo deve ser analisado a cada início do ano letivo para que os professores e coordenadores estabeleçam os ajustes necessários ao projeto.

1º Ano			
1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre
<p>Apresentação do plano de curso da disciplina para o primeiro bimestre, leitura de propostas de escrita anteriores.</p> <p>Poema, utilização das oficinas da olimpíada da Língua Portuguesa.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Leitura de poemas - Paralelismo sintático; - Buscando sentido; - Leitura de poemas; -Rimas e versos; -Sentido próprio e figurado; - Comparação, metáfora e personificação; -Som e sentido; -Escrita e reescrita de poemas. -Critérios de avaliação da redação bimestral. <p>Preenchimento do requerimento de revisão de notas e solicitação de segunda chamada.</p> <p>*Durante as atividades de escrita e reescrita, demonstrar principais desvios gramaticais cometidos pelos estudantes.</p>	<p>Apresentação do plano de curso da disciplina para o segundo bimestre, leitura dos dois melhores poemas produzidos no primeiro bimestre e análise dos textos de acordo com a proposta de redação.</p> <p>Crônica, utilização das oficinas da Olimpíada da Língua Portuguesa.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Leitura das crônicas vencedoras de 2016; - O que é o gênero crônica? - Os recursos do cronista; - O confronto título-texto; -Da notícia à crônica; - Recursos discursivos e linguísticos; - Planejamento e escrita da crônica inspirada na foto. (fotos de Brazlândia); - Lendo imagens; - A narração dentro da crônica e seu papel; - Aperfeiçoamento do texto e criação do título; - Escrita e reescrita da crônica; -Critérios de avaliação da redação bimestral. <p>Gênero cartaz.</p>	<p>Leitura das duas melhores crônicas produzidas no 2º bimestre e análise dos textos de acordo com a proposta de redação.</p> <p>Textos argumentativos sobre os temas da atualidade;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Seleção de reportagens e artigos de opinião sobre os temas do mais falados no período; - organização de grupos para debate sobre temas mais polêmicos; - Explicitação da diferença entre notícia e opinião; - tipos de argumento e construção do texto argumentativo; - Coesão textual, importância da utilização dos recursos coesivos para a construção da argumentação. -Comentário crítico e artigo de opinião; -Carta argumentativa; - Oficinas com o jogo QP Brasil. - Escrita e reescrita de textos. -Critérios de avaliação da redação bimestral. <p>* A análise de textos de todos os níveis propicia ao estudante um olhar mais criterioso sobre a própria prática.</p>	<p>Leitura dos dois melhores textos produzidos no 3º bimestre e análise dos textos de acordo com a proposta de redação.</p> <p>Análise de propostas de redação do PAS primeira etapa.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Critérios de avaliação utilizados para o PAs 1. - Adequação da produção textual à proposta de redação; - Utilização de textos motivadores, o que pode e o que não pode ser feito; - Análise do tipo textual solicitado, importância da leitura da proposta de redação. - Reescrita de períodos retirados das redações bimestrais; - Importância dos recursos coesivos para a unidade textual. -Critérios de avaliação da redação bimestral.

2º Ano			
1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre
<p>Apresentação do plano de curso da disciplina para o primeiro bimestre, leitura de propostas de redações anteriores.</p> <p>Artigo de opinião, utilização das oficinas da olimpíada da Língua Portuguesa.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Leitura do Artigo de Opinião da Ex Aluna Ana Karolina Amorim " Também, olha a roupa dela". - Importância da argumentação como instrumento de transformação social; - Argumentar é preciso; - O poder da argumentação; - Informação versus opinião; - Questão polêmica; - Por dentro do artigo; - O esquema argumentativo; <p>Questão, posição e argumento;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Como articular; - Vozes presentes no artigo; - Pesquisar para escrever; - Oficinas com o jogo QP Brasil. - Escrita e reescrita; <p>Preenchimento do requerimento de revisão de notas e solicitação de segunda chamada.</p> <p>*Durante as atividades de escrita e reescrita, demonstrar principais desvios gramaticais cometidos pelos estudantes.</p>	<p>Apresentação do plano de curso da disciplina para o segundo bimestre, leitura dos dois melhores artigos produzidos no primeiro bimestre e análise dos textos de acordo com a proposta de redação.</p> <p>Resenha crítica de Obras solicitadas na segunda etapa do PAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Leitura de fragmentos de obras solicitadas na segunda etapa do PAS; - Leitura de resenhas críticas; - Recursos necessários para a construção da resenha crítica. - O confronto título-texto; - Diferença entre resumo e resenha crítica; - Critérios de avaliação da redação bimestral. <p>Como preparar um roteiro para apresentação de seminário.</p> <p>Informações resumidas para apresentação de slides;</p> <p>Revisão do texto e clareza das informações.</p>	<p>Leitura das duas melhores resenhas críticas produzidas no 2º bimestre e análise dos textos de acordo com a proposta de redação.</p> <p>Textos argumentativos sobre racismo, intolerância religiosa e escravidão moderna.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Leitura de textos argumentativos sobre meritocracia; - Análise de argumentos usados em defesa das cotas raciais; - Análise de argumentos usados contra as cotas raciais; - Debate sobre cotas raciais; - tipos de argumento e construção do texto argumentativo; <p>-Comentário crítico sobre cotas raciais;</p> <p>-Carta argumentativa, elementos essenciais;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Escrita e reescrita de textos. - Critérios de avaliação da redação bimestral. <p>* Ao trabalhar os diversos textos argumentativos, o docente deve analisar as diferenças entre os textos e as respectivas estruturas textuais.</p> <p>* A análise de textos de todos os níveis propicia ao estudante um olhar mais criterioso sobre a própria prática.</p>	<p>Leitura dos dois melhores textos produzidos no 3º bimestre e análise dos textos de acordo com a proposta de redação.</p> <p>Análise de propostas de redação do PAS primeira etapa.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Critérios de avaliação utilizados para o PAS 2. - Adequação da produção textual à proposta de redação; - Utilização de textos motivadores, o que pode e o que não pode ser feito; - Análise do tipo textual solicitado, importância da leitura da proposta de redação. - Reescrita de períodos retirados das redações bimestrais; - Importância dos recursos coesivos para a unidade textual. - Critérios de avaliação da redação bimestral. <p>- Como elaborar um currículo profissional.</p>

3º Ano			
1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre
<p>Apresentação do plano de curso da disciplina para o primeiro bimestre, leitura de propostas de redações anteriores.</p> <p>Artigo de opinião, utilização das oficinas da olimpíada da Língua Portuguesa.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Leitura do Artigo de Opinião da Ex Aluna Ana Karolina Amorim " Também, olha a roupa dela". - Importância da argumentação como instrumento de transformação social; - Argumentar é preciso; - O poder da argumentação; - Informação versus opinião; - Questão polêmica; - Por dentro do artigo; - O esquema argumentativo; <p>Questão, posição e argumento;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Como articular; - Vozes presentes no artigo; - Pesquisar para escrever; - Escrita e reescrita; <p>Preenchimento do requerimento de revisão de notas e solicitação de segunda chamada.</p> <p>*Durante as atividades de escrita e reescrita, demonstrar principais desvios gramaticais cometidos pelos estudantes.</p>	<p>Apresentação do plano de curso da disciplina para o segundo bimestre, leitura dos dois melhores artigos produzidos no primeiro bimestre e análise dos textos de acordo com a proposta de redação.</p> <p>Texto dissertativo-argumentativo (ENEM).</p> <p>Diferença entre as exigências da matriz do ENEM e os critérios usados para avaliação do artigo de opinião.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estrutura do texto dissertativo-argumentativo a partir de análise de redações que receberam nota mil no último certame; - Adequação do texto à proposta de redação solicitada; - Importância da leitura para a construção do repertório sociocultural produtivo; - Importância da seleção dos argumentos para defesa do ponto de vista; - Coesão textual, importância da utilização dos recursos coesivos; - Pontuação a serviço do sentido; - Direitos humanos, análise de propostas de intervenção que ferem os direitos humanos; - Como elaborar a proposta de intervenção para o problema levantado; - Matriz de avaliação para o segundo bimestre. <p>* A cada aula pode-se trabalhar com ênfase em uma competência, ainda assim, o docente deverá fazer a análise global dos textos.</p>	<p>Leitura dos dois melhores textos produzidos no 2º bimestre e análise dos textos de acordo com a proposta de redação.</p> <p>Texto dissertativo-argumentativo (ENEM).</p> <p>Reescrita das redações produzidas no segundo bimestre;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Análise de argumentos usados nos textos dos alunos e indicação de reescrita; - Seleção de argumentos: exemplos de textos que atenderam à proposta e de textos que tangenciaram o tema pela má seleção de argumentos; - Análise de propostas de intervenção e reescrita coletiva; - Coesão textual, importância da utilização dos recursos coesivos para a construção da argumentação. - Oficinas com o jogo QP Brasil (ênfase nos argumentos); - A partir dos temas (homofobia, racismo, intolerância religiosa, abuso de entorpecentes etc.) solicitar a construção de textos coletivos para confecção de mural. <p>- Critérios de avaliação da redação bimestral.</p> <p>- Prováveis temas para o ENEM 2017.</p> <p>* A análise de textos de todos os níveis propicia ao estudante um olhar mais criterioso sobre a própria prática.</p>	<p>Leitura dos dois melhores textos produzidos no 3º bimestre e análise dos textos de acordo com a proposta de redação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Análise da proposta de redação do ENEM 2017. <p>Análise de propostas de redação do PAS terceira etapa.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Critérios de avaliação utilizados para o PAS 3. - Adequação da produção textual à proposta de redação; - Utilização de textos motivadores, o que pode e o que não pode ser feito; - Análise do tipo textual solicitado, importância da leitura da proposta de redação. - Reescrita de períodos retirados das redações bimestrais; - Importância dos recursos coesivos para a unidade textual. - Critérios de avaliação da redação bimestral.

7. RECURSOS HUMANOS

Há necessidade de um professor de Língua Portuguesa de quarenta horas (20h matutino e 20h vespertino). O ideal para a execução do projeto seria um professor de quarenta horas para cada turno. Entretanto, em razão da semestralidade e dos blocos fixos, não há possibilidade de inserir duas horas de aula por semana para todos os estudantes.

8. ACOMPANHAMENTO/AVALIAÇÃO

O acompanhamento do projeto será feito pela supervisão pedagógica, coordenação e Conselho Escolar. O conteúdo programático poderá sofrer alterações, desde que essas sejam validadas pela comunidade escolar.

A avaliação do projeto poderá ser feita a partir dos dados obtidos pelo INEP por meio do Exame Nacional de Ensino Médio. Além disso, a cada bimestre, o grupo de linguagens se reunirá com a coordenação e supervisão para a adequação da programação à realidade.

9. REFERÊNCIAS

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo em Movimento da Educação Básica: Pressupostos Teóricos**. Brasília, 2014a.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo em Movimento da Educação Básica: Ensino Médio**. Brasília, 2014b.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Diretrizes de Avaliação Educacional: aprendizagem, institucional e em larga escala**. Brasília, 2014c.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Diretrizes para a Organização do Trabalho Pedagógico na Semestralidade: Ensino Médio**. Brasília, 2014d.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União**. Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>.

FAIRCOUGH, N. **Discurso e mudança social**. 2. ed. Coord. Trad., revisão e prefácio à Ed. Brasileira de I. Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016 [2001].

LISPECTO, C. "**Como é que se escreve**", in: A descoberta do mundo. Rio de Janeiro: Rocco, 1999, pp. 156-157.

MENEGOLO; E.D.C.W; MENEGOLO, L.W. **O significado da reescrita de textos na escola**: a (re) construção do sujeito autor.

OLIVEIRA, Mayssara Reany de Jesus Oliveira. **Relato de Prática vencedor da 5ª edição da Olimpíada da Língua Portuguesa**. Portal Escrevendo o Futuro.

OLIVEIRA E., ROJO, R. H. R. (Coords.). **Língua Portuguesa: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

OLP. **Caderno do professor. Artigo de Opinião**. 5ª edição, 2016. CENPEC.

OLP. **Caderno do professor. Crônica**. 5ª edição, 2016. CENPEC.

OLP. **Caderno do professor. Poema**. 5ª edição, 2016. CENPEC. Educação - SEEDF. Currículo em Movimento da Educação Básica – Ensino Médio, Brasília-DF, 2014.

STREET, B. **Eventos de letramento e práticas de letramento**: teoria e prática nos Novos Estudos do Letramento. In: MAGALHÃES, I. (Org.) *Discursos e práticas de letramento*: pesquisa etnográfica e formação de professores. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012. p. 69-92.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

Situação do texto: Em conformidade Insuficiente Fuga ao tema Plágio
 Ilegível texto escrito a lápis desrespeito aos direitos humanos Não atende à tipologia

ANEXO I- Avaliação do Artigo de Opinião		
CrITÉrios	Pontuação	Descritores
Tema “O lugar onde vivo”	0,10	(<input type="checkbox"/>) O texto não reporta de forma pertinente a alguma questão da realidade local. (0,0) (<input type="checkbox"/>) O texto se reporta de forma pertinente a alguma questão da realidade local. (0,10)
	0,10	(<input type="checkbox"/>) Não há título ou o título não é pertinente à questão escolhida. (0,0) (<input type="checkbox"/>) Há título pertinente à questão desenvolvida no texto. (0,10)
Adequação ao gênero	0,10	Adequação Discursiva (<input type="checkbox"/>) O autor não se posiciona claramente em relação à questão apresentada. (0,0) (<input type="checkbox"/>) O autor se posiciona claramente em relação à questão apresentada. (0,10)
	0,20	(<input type="checkbox"/>) O autor não apresenta dados ou informações para a defesa da opinião. (0,00) (<input type="checkbox"/>) O autor utiliza dados e informações limitados para a defesa da sua opinião. (0,10) (<input type="checkbox"/>) O autor utiliza dados e informações pertinentes e diversificados para dar sua opinião . (0,20)
	0,20	Adequação Linguística (<input type="checkbox"/>) O autor apresenta desvios recorrentes no que diz respeito à utilização dos recursos coesivos. (0,0) (<input type="checkbox"/>) O autor apresenta alguns desvios no que diz respeito à utilização dos recursos coesivos. (0,0) (<input type="checkbox"/>) O texto é coeso. Os elementos de articulação são adequadamente utilizados. (0,20)
	0,10	(<input type="checkbox"/>) A argumentação não é suficiente para convencer o leitor. (0,0) (<input type="checkbox"/>) Levando em conta o leitor do texto (alguém que pode conhecer ou não a questão, concordar ou discordar da opinião defendida) e o propósito do texto (formar opinião, mobilizar, desacomodar, fazer mudar de ideia, etc.), a tese construída é defendida por argumentos convincentes? (0,10)
Modalidade formal da Língua Portuguesa	0,20	(<input type="checkbox"/>) Precário. (0,10) (<input type="checkbox"/>) regular (0,15) (<input type="checkbox"/>) Bom (0,20)

ANEXO II- Avaliação do comentário crítico

Situação do texto: <input type="radio"/> Em conformidade <input type="radio"/> Insuficiente <input type="radio"/> Fuga ao tema <input type="radio"/> Cópia de texto motivador <input type="radio"/> Ilegível <input type="radio"/> texto escrito a lápis <input type="radio"/> desrespeito aos direitos humanos <input type="radio"/> Não atende à tipologia	
I- Legibilidade e respeito às margens	<input type="radio"/> Insuficiente (0,0) <input type="radio"/> Suficiente (0,1)
II- Compreensão da proposta de redação /domínio do comentário crítico	<input type="radio"/> Fuga ao tema/não atendimento à estrutura do comentário crítico. (0,0) - Critério de eliminação do texto. <input type="radio"/> Apresenta o assunto, tangenciando o tema, ou demonstra domínio precário do comentário crítico, com traços constantes de outros tipos textuais. (0,10) <input type="radio"/> Satisfatório, compreende a proposta de redação e desenvolve o texto dentro do tema central. (0,20)
III- Defesa do Ponto de Vista	<input type="radio"/> 0. Contraditório (0,0) Critério de eliminação do texto. <input type="radio"/> 1. Defende um ponto de vista - não há argumentação que sustente o ponto de vista escolhido (0,10) <input type="radio"/> Defende um ponto de vista - argumentação mediana. (0,20) <input type="radio"/> Defende um ponto de vista - argumentação boa. (0,40)
IV- Uso da norma padrão	<input type="radio"/> Insuficiente. (0,0) <input type="radio"/> regular (0,15) <input type="radio"/> Bom (0,3)
Resultado da avaliação: _____	

Situação do texto: <input type="radio"/> Em conformidade <input type="radio"/> Insuficiente <input type="radio"/> Fuga ao tema <input type="radio"/> Cópia <input type="radio"/> Ilegível <input type="radio"/> texto escrito a lápis <input type="radio"/> desrespeito aos direitos humanos <input type="radio"/> Não atende à tipologia
--

ANEXO III - Avaliação do gênero Crônica		
Critérios		Descritores
Tema “O lugar onde vivo”	0,10	() O texto não reporta um fato do cotidiano do lugar onde vive. (0,0) () A crônica se reporta, de forma singular, a algum aspecto cotidiano do lugar onde vive (0,10)
Adequação ao gênero	0,20	Adequação Discursiva () Não houve no texto a narração de um fato interessante sobre o cotidiano, o autor foi majoritariamente descritivo. (0,10) () Houve explicitação de um fato que motivou a história, mas de modo pouco interessante para o leitor. (0,15) () O fato narrado foi descrito de modo interessante para o leitor a que se dirige. (0,20)
	0,20	Adequação Linguística () Não houve situação que gerou o texto . (0,0) () O texto apresenta problemas de articulação que comprometem o entendimento da história. (0,10) () O texto é coeso, os articuladores textuais são apropriados ao tipo de crônica.(0,20)
Marcas de autoria	0,10	() Não há título ou não está adequado ao texto (o lugar onde vivo) (0,00) () O título da crônica motiva a leitura. (0,10)
	0,10	() O autor se posiciona como alguém que quer surpreender o público para o qual ele escreve, com olhar próprio e peculiar sobre algo cotidiano e conhecido. (0,10)
Uso da modalidade formal da Língua Portuguesa	0,20	() precário (0,10) () regular (0,15) () Bom (0,2)
Convenções da escrita	0,10	() O texto não rompe convenções da escrita.(0,0) () O texto rompe convenções da escrita (por exemplo, marcas de oralidade ou de variedades linguísticas regionais ou sociais)

ANEXO IV- Avaliação do texto dissertativo- argumentativo	
Situação do texto: <input type="radio"/> Parte desconectada <input type="radio"/> Insuficiente <input type="radio"/> Fuga ao tema <input type="radio"/> Cópia de texto motivador <input type="radio"/> Ilegível <input type="radio"/> Texto escrito a lápis <input type="radio"/> Desrespeito aos direitos humanos <input type="radio"/> Não atende à tipologia	
I- Domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa	1. () Domínio precário (0,04) 2. () Domínio insuficiente(0,08) 3. () Domínio mediano(0,12) 4. () Bom domínio(0,16) 5. () Excelente domínio(0,20)
II- Compreensão da proposta de redação e domínio do tipo textual dissertativo-argumentativo	0. () Apresenta o assunto, tangenciando o tema, ou demonstra domínio precário do comentário crítico, com traços constantes de outros tipos textuais. 1. () Desenvolve o texto recorrendo à cópias de trechos dos textos motivadores ou não apresenta a estrutura do texto argumentativo (com proposição, argumentação e conclusão) (0,04) 1. () Desenvolve o tema por meio de argumentação previsível e apresenta domínio mediano do texto dissertativo-argumentativo. 2. ()Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente e apresenta bom domínio do texto dissertativo-argumentativo. 3. ()Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente, a partir de um repertório sociocultural produtivo e apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo.
III- Seleção, relação, organização e interpretação de fatos , opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista	0. ()Apresenta fatos e opiniões não relacionados ao tema e sem defesa do ponto de vista. 1. ()Apresenta fatos e opiniões pouco relacionados ao tema ou incoerentes e sem defesa de um ponto de vista (0,04) 2. ()Defende um ponto de vista, com fatos e opiniões relacionados ao tema, mas desorganizados ou contraditórios e limitados aos argumentos dos textos motivadores. (0,08) 3. () Defende um ponto de vista - com fatos e opiniões relacionados ao tema, limitados aos argumentos dos textos motivadores e pouco organizados. (0,12) 4. () Defende um ponto de vista - apresenta fatos e opiniões relacionados ao tema, de forma organizada, com indícios de autoria. (0,16) 5. ()Defende um ponto de vista- apresenta fatos e opiniões relacionados ao tema, de forma consistente e organizada, configurando autoria. (0,20)
IV- Conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação	0. () Não articula as informações. 1. () Articula de modo precário. (0,04) 2. () Articula de forma insuficiente, com muitas inadequações e repertório limitado de recursos coesivos. (0,08) 3. () Articula de forma mediana, com inadequações e repertório pouco diversificado de recursos coesivos. (0,12) 4. () Articula as partes do texto com poucas inadequações e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos. (0,16) 5. () Articula bem as partes do texto, sem inadequações, e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos. (0,20)
V- Elaboração de proposta de intervenção para o problema abordado	0. () Não há proposta de intervenção. (0,0) 1. () Proposta vaga ou apenas relacionada ao assunto. (0,04) 2. () Proposta relacionada ao tema, mas não articulada com a discussão desenvolvida no texto. (0,08) 3. () Proposta mediana (agente, ação e finalidade) relacionada ao tema.(0,12) 4. () Proposta bem elaborada (agente, ação, como e finalidade) relacionada ao tema. (0,16) 5. () Proposta muito bem elaborada (agente, ação, como e finalidade) relacionada ao tema, detalhada e articulada à discussão desenvolvida no texto (0,20)